

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.366 - MG (2019/0017347-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
SUSCITANTE : JUÍZO AUDITOR DA 2ª AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BOCAIÚVA - MG
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : HERBERT SANTOS PRATES SOUZA

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA MILITAR E JUSTIÇA COMUM. AÇÃO PENAL. AMEAÇA E ABUSO DE AUTORIDADE. FATOS PERPETRADOS ANTES DO ADVENTO DA LEI N. 13.491/2017. DISSENSO ESTABELECIDO ACERCA DA INCIDÊNCIA DA NORMA, SOB A PERSPECTIVA DE QUE OSTENTA CONTEÚDO HÍBRIDO, CUJO EFEITO, POR ENSEJAR PREJUÍZO AO RÉU, SERIA PASSÍVEL DE AFASTAR A SUA APLICABILIDADE, POR IMPLICAR VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL. QUESTÃO DEBATIDA NO CC N. 161.898/MG. APLICAÇÃO IMEDIATA DA NORMA, MEDIANTE OBSERVÂNCIA, PELO JUÍZO MILITAR, DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA AO TEMPO DO CRIME. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO MILITAR COM RESSALVA.

Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Auditor da 2ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, o suscitante, nos moldes explanados na decisão.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o **Juízo Auditor da 2ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais**, o suscitante, e o **Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal de Bocaiúva/MG**, o suscitado.

Consta dos autos que o Ministério Público de Minas Gerais denunciou Herbert Santos Prates Souza, policial militar, pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 147 do Código Penal e art. 3º, *j*, c/c o art. 4º, *b*, da Lei n. 4.898/1965 (fls. 5/7).

A denúncia foi recebida pelo Juízo de Direito do Juizado Especial

Criminal de Bocaiúva/MG, que determinou a realização de audiência de instrução e julgamento (fl. 67).

Ocorre que, na data marcada, o Juízo declinou da competência para processar o feito, por considerar que o advento da Lei n. 13.491/2017 teria deslocado a competência para o Juízo Militar (fl. 160).

Com a remessa dos autos à Justiça Militar de Minas Gerais, o procedimento foi reautuado sob o n. 3182-40.2018 e distribuído ao Juízo Auditor da 2ª Auditoria da Justiça Militar, que suscitou o conflito, nos seguintes termos (fls. 168/171):

[...]

Verifica-se dos autos sob análise, que os fatos foram praticados antes do advento da Lei Federal, 13.491/2017, que determinou a remessa dos processos de abuso de autoridade, tortura, entre outros, para a Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal.

Acontece, que a lei na realidade possui disposições tanto de natureza penal, e também de natureza processual, sendo que no tramite perante a Justiça Militar devido as disposições de natureza própria, o réu poderá ter a sua situação agravada em relação a tramitação no âmbito da Justiça Comum.

[...]

Desta forma, o que se verifica é que os fatos ocorridos antes do advento da lei federal devem ser processados e julgados perante o Juízo de origem, enquanto que os fatos ocorridos após o advento da lei devem ser processados e julgados perante a Justiça Especializada, no caso, a Justiça Militar dos Estados ou do Distrito Federal, em respeito aos princípios que foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, e que também alcançam a Justiça Especializada.

Neste sentido, com base nos motivos de fato e de direito que foram demonstrados nesta r. decisão judicial e em atendimento ao estabelecido no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, suscita-se o present CONFLITO NEGATIVO DE COMPETENCIA, e por consequência determina-se por meio da Secretaria do Juízo, 2ª AJME, a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça competente na forma do estabelecido na Constituição Federal de 1988 para dirimir conflito negativo ora suscitado.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela competência da Justiça Militar (fls. 186/190).

É o relatório.

A aplicação da Lei n. 13.491/2017 aos delitos perpetrados antes do seu advento, foi objeto do CC n. 160.902/RJ, no qual se concluiu pela aplicação imediata da norma, em observância ao princípio *tempus regit actum*:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A LEI DE LICITAÇÕES PRATICADO POR MILITAR EM SITUAÇÃO DE ATIVIDADE CONTRA PATRIMÔNIO SOB A ADMINISTRAÇÃO MILITAR. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N.º 13.491/2017. AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO. PRINCÍPIO DO *TEMPUS REGIT ACTUM*. SENTENÇA DE MÉRITO NÃO PROFERIDA. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO SUSCITANTE.

1. Hipótese em que a controvérsia apresentada cinge-se à definição do Juízo competente para processar e julgar crime praticado, em tese, por militar em situação de atividade contra patrimônio sob a administração militar antes do advento da Lei n.º 13.491/2017.

2. A Lei n.º 13.491/2017 promoveu alteração na própria definição de crime militar, o que permite identificar a natureza material do regramento, mas também ampliou, por via reflexa, de modo substancial, a competência da Justiça Militar, o que constitui matéria de natureza processual. É importante registrar que, como a lei pode ter caráter híbrido em temas relativos ao aspecto penal, a aplicação para fatos praticados antes de sua vigência somente será cabível em benefício do réu, conforme o disposto no art. 2.º, § 1.º, do Código Penal Militar e no art. 5.º, inciso XL, da Constituição da República. Por sua vez, no que concerne às questões de índole puramente processual - hipótese dos autos -, o novo regramento terá aplicação imediata, em observância ao princípio do *tempus regit actum*.

3. Tratando-se de competência absoluta em razão da matéria e considerando que ainda não foi proferida sentença de mérito, não se aplica a regra da perpetuação da jurisdição, prevista no art. 43 do Código de Processo Civil, aplicada subsidiariamente ao processo penal, de modo que os autos devem ser remetidos para a Justiça Militar.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Auditor da 4.ª Auditoria da 1.ª Circunscrição Judiciária Militar do Estado do Rio de Janeiro, ora Suscitante.

(CC n. 160.902/RJ, Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, DJe 18/12/2018 – grifo nosso)

No julgamento do CC n. 161.898/MG, realizado na presente data, a Terceira Seção ratificou tal orientação, aprofundando, ainda, a discussão do tema, concluindo que **a natureza híbrida da Lei n. 13.491/2017**, reconhecida no julgado, não afasta a aplicabilidade imediata da norma, inclusive aos fatos

perpetrados antes do seu advento, **desde que observado, pelo Juízo Militar, a lei penal (seja ela militar ou comum) mais benéfica ao réu ao tempo do crime.**

Confira-se a ementa do acórdão (pendente de publicação):

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA MILITAR E JUSTIÇA COMUM. AÇÃO PENAL. ABUSO DE AUTORIDADE. FATO PERPETRADO ANTES DO ADVENTO DA LEI N 13.491/2017. DISSENSO ESTABELECIDO ACERCA DA INCIDÊNCIA DA NORMA, SOB A PERSPECTIVA DE QUE OSTENTA CONTEÚDO HÍBRIDO, CUJO EFEITO, POR ENSEJAR PREJUÍZO AO RÉU, SERIA PASSÍVEL DE AFASTAR A SUA APLICABILIDADE, POR IMPLICAR VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS GRAVOSA. QUESTÃO DEBATIDA NO CC N. 160.902/RJ, SOB O ASPECTO PROCESSUAL. DISSENSO QUE RECLAMA O EXAME DA QUESTÃO SOB A PERSPECTIVA INTEGRAL DA NORMA. CARÁTER HÍBRIDO RECONHECIDO. POSSIBILIDADE DE CONFORMAÇÃO ENTRE A INCIDÊNCIA IMEDIATA E A OBSERVÂNCIA DA NORMA PENAL MAIS BENÉFICA AO TEMPO DO CRIME. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO MILITAR COM RESSALVA.

1. A aplicação da Lei n. 13.491/2017 aos delitos perpetrados antes do seu advento foi objeto de julgado recente da Terceira Seção, no qual se concluiu pela aplicação imediata da norma, em observância ao princípio *tempus regit actum* (CC n. 160.902/RJ, Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, DJe 18/12/2018).

2 . A solução do dissenso reclama uma discussão que vai além do aspecto processual, notadamente porque há posições doutrinárias que, sob a premissa de que a norma possui conteúdo híbrido, afastam sua aplicabilidade aos fatos anteriores ao seu advento.

3. A Lei n. 13.491/2017 não tratou apenas de ampliar a competência da Justiça Militar, também ampliou o conceito de crime militar, circunstância que, isoladamente, autoriza a conclusão no sentido da existência de um caráter de direito material na norma. Tal aspecto, embora evidente, não afasta a sua aplicabilidade imediata aos fatos perpetrados antes de seu advento, já que a simples modificação da classificação de um crime como comum para um delito de natureza militar não traduz, por si só, uma situação mais gravosa ao réu, de modo a atrair a incidência do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (arts. 5º, XL, da CF e 2º, I, do CP).

4. A modificação da competência dela decorrente, em alguns casos, enseja consequências que repercutem diretamente no *jus libertatis*, inclusive de forma mais gravosa ao réu, tais como: 1) a possibilidade de cúmulo material das penas, mesmo em crimes perpetrados em continuidade delitiva (art. 80 do Código Penal Militar); 2) o afastamento das medidas despenalizadoras previstas na Lei n. 9.099/1995 (ante a vedação prevista no art. 90-A da Lei n. 9.099/1995); e 3) a inaplicabilidade da substituição da pena privativa de

liberdade por restritivas de direitos (nos moldes previstos no art. 44 do CP).

5. A existência de um caráter híbrido na norma não afasta a sua aplicabilidade imediata, pois é possível conformar sua incidência com o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa, mediante observância, pelo Juízo Militar, da legislação penal (seja ela militar ou comum) mais benéfica ao tempo do crime.

6. A solução não implica uma cisão da norma, repudiada pela jurisprudência, notadamente porque o caráter material, cuja retroatividade é passível de gerar prejuízo ao réu, não está na norma em si, mas nas consequências que dela advém.

7. Ressalva inafastável da declaração de competência, já que a solução do julgado dela depende, além do que a simples declaração da Justiça Militar pode dar azo a ilegalidade futura.

8. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, o suscitante, nos moldes explanados no voto condutor.

(CC n. 161.898/MG, de minha relatoria, Terceira Seção, julgado em 13/2/2019)

Assim, compete ao Juízo Militar processar o feito, observando, quando da aplicação da lei, a norma penal (seja ela militar ou comum) mais benéfica ao réu ao tempo do crime.

Ante o exposto, **conheço** do conflito para **declarar** a competência do Juízo Auditor da 2ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, o suscitante, nos moldes acima explanados.

Dê-se ciência aos Juízes em conflito, inclusive com o inteiro teor da decisão.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator